



Exma. Sra. Professora Doutora Assunção Cristas,
Ministra da Agricultura e do Mar

Na próxima reunião do Conselho de Agricultura e Pescas irá discutir a proposta da Comissão para um plano plurianual (PPA) do mar Báltico [2014/0285 (COD)], em particular a proposta de compromisso da Presidência do Conselho. Apelamos aos Estados Membros para cumprir os objetivos vinculativos da Política Comum de Pesca (PCP), a ter em consideração o voto da Comissão de Pescas do Parlamento Europeu do passado dia 31 de março e a lidar de forma cautelosa com as seguintes questões:

- **Objetivo do PPA.** Os objetivos dos PPA têm que refletir o texto que foi acordado na PCP para assegurar consistência e o cumprimento do objetivo da PCP. O artigo 3º da proposta da Comissão não inclui a linguagem sobre restabelecer e manter as populações das espécies exploradas acima dos níveis que possam gerar o rendimento máximo sustentável (MSY – *Maximum Sustainable Yield*), um objetivo fulcral da nova PCP. Além disso, a proposta parece estabelecer objetivos diferentes para diferentes tipos de *stocks*. Isto não está em concordância com a PCP, que estabelece que as populações de todas as espécies exploradas devem ser restabelecidas e mantidas acima dos níveis de MSY, ou seja, para todos os *stocks*. Assim, o artigo 3º deve ser adaptado para estabelecer o objetivo de restabelecer e manter as populações de todas as espécies exploradas acima dos níveis que possam gerar o MSY.
- **Taxas de mortalidade por pesca sustentáveis.** O artigo 2.2. da PCP exige que taxas de exploração (F) que restabeçam e mantenham as populações das espécies exploradas acima de níveis que possam produzir o MSY. Assim, os intervalos de taxas-alvo de mortalidade por pesca (F ranges) no artigo 4º devem ser inferiores aos níveis de F_{MSY} . Não obstante, a Comissão solicitou ao CIEM valores de mortalidade por pesca à volta do F_{MSY} , e estes valores foram subsequentemente integrados na proposta da Comissão no artigo 4º. O Acordo das Nações Unidas de 1995 relativo às populações de peixes, identifica o F_{MSY} como padrão mínimo para o limite superior do intervalo da taxas-alvo de mortalidade por pesca, o que também está em linha com o enquadramento dos pareceres do CIEM (Conselho Internacional para a Exploração dos Mares). Como consequência, os valores dos F ranges propostos estão acima do F_{MSY} e como tal são inadequados.
- **Pontos de referência de conservação.** A proposta da Comissão foi desenhada para reagir se os *stocks* caírem abaixo do nível mínimo de biomassa da população reprodutora (artigo 5º). Este está significativamente abaixo dos valores de biomassa que permitem atingir o MSY (B_{MSY}), e representa um nível em que o risco de colapso do *stock* é elevado. Como tal, a proposta carece da ambição

acordada na PCP de restabelecer e manter as populações das espécies exploradas acima dos níveis que possam gerar o MSY. A proposta deveria ser corrigida de forma a assegurar que serão tomadas medidas quando os níveis de biomassa forem inferiores ao B_{MSY} e não à Biomassa Mínima da População Reprodutora. Paralelamente, dentro do quadro de avaliação periódica do plano e em linha com a PCP, a Comissão deveria reportar o progresso no sentido de restabelecer e manter as populações das espécies exploradas acima dos níveis que possam gerar o MSY.

- **Abordagem ecossistémica.** A implementação da abordagem ecossistémica é um objetivo fundamental da PCP (artigo 2.3). O PPA deve como tal incluir na redação do artigo 3º a necessidade de proteger o ambiente marinho em geral, o contributo para o Bom Estado Ambiental e a integração da abordagem ecossistémica à gestão pesqueira. Além disso, o PPA tem de abranger medidas de minimização dos impactos das pescas no ecossistema marinho e para evitar a degradação do ambiente marinho em geral. Isto inclui a minimização dos impactos nas aves marinhas, mamíferos marinhos e a integridade dos fundos marinhos.

A Birdlife International, a Client Earth, a Coalition Clean Baltic, a Oceana, o The Fisheries Secretariat, a Seas at Risk, a The Pew Charitable Trusts, a Sciaena, a Liga para a Protecção da Natureza, a SPEA, a APECE e a WWF-Med-Pt reconhecem que a Comissão de Pescas do Parlamento Europeu tomou passos importantes para lidar com as questões referidas acima e instam os Estados Membros a demonstrar o mesmo nível de ambição para implementar a PCP reformada.

Esperamos trabalhar em conjunto durante as negociações sobre o PPA do mar Báltico e estamos desde já à sua disposição para qualquer questão ou comentário que possam ter.

Atenciosamente,

Gonçalo Carvalho

(+351) 936257281

carvalho.gfmail.com

CC. Exmo. Sr. Secretário de Estado do Mar, Exmo. Sr. Diretor Geral dos Recursos Marinhos, Segurança e Serviços Marítimos, Exma. Sra. Subdiretora Geral, Exma. Srª Chefe de Divisão de Pesca, Exmo. Sr. Conselheiro para as Pescas da Representação Permanente De Portugal Junto Da União Europeia.